



BARREIRAS ENFRENTADAS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E POSSÍVEIS CAMINHOS PARA SUPERAÇÃO

Giovana Alves de Almeida e Roseli Fernandes Lins Caldas

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

Desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que afirma a educação como um direito da pessoa com deficiência, políticas públicas foram criadas para a promoção da acessibilidade no ensino superior. Contudo, mesmo com o avanço das leis na área da educação inclusiva e surgimento de programas propostos pelas instituições, ainda há uma distância entre a promessa igualitária oferecida pela legislação e o real contexto de inacessibilidade vivenciado e revelado por pessoas com deficiência. Este artigo tem como objetivo identificar as barreiras existentes nas políticas educacionais inclusivas do ensino superior privado e refletir sobre possíveis propostas de melhorias no setor. Para adentrar no cenário das práticas inclusivas das universidades, o estudo utilizou o método qualitativo com a participação de coordenadores pedagógicos, professores universitários e alunos com deficiência de quatro (4) instituições do ensino superior privado da cidade de São Paulo. Constatou-se que, atualmente, as universidades privadas possuem ferramentas que contribuem para o desenvolvimento de práticas inclusivas, todavia, ainda falta progredir para alcançar uma inclusão efetiva na prática. Como formas de superação, os participantes deste estudo indicaram a necessidade de mais capacitação dos professores e equipe e criação de espaços de conscientização e reconhecimento da importância da inclusão nos espaços acadêmicos, entendendo que o incluir favorece a todos os envolvidos no processo e dá abertura para surgimento de vínculos e trocas a partir da equidade e diversidade.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Universidades.

ABSTRACT

Since the publication of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), which affirms education as a right of people with disabilities, public policies have been created to promote accessibility in higher education. However, even with the advancement of laws in the area of inclusive education and the emergence of programs proposed by institutions, there is still a distance between the egalitarian promise offered by the legislation and the real context of inaccessibility experienced and revealed by people with disabilities. This article aims to identify the existing barriers in inclusive educational policies in private higher education and to reflect on possible proposals for improvements in the sector. To enter the



scenario of inclusive practices of universities, the study used the qualitative method with the participation of pedagogical coordinators, university professors and students with disabilities from 4 private higher education institutions in the city of São Paulo. It was found that, currently, private universities have tools that contribute to the development of inclusive practices, however, there is still progress to achieve effective inclusion in practice. As ways of overcoming, the participants of this study indicated the need for more training of teachers and staff and the creation of spaces for awareness and recognition of the importance of inclusion in academic spaces, understanding that inclusion favors all those involved in the process and opens the door to the emergence of bonds and exchanges based on equity and diversity.

Keywords: Education. Inclusion. Universities.



1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de pessoas com deficiência é um movimento que conquistou visibilidade e protagonismo social a partir da criação de leis e garantias em níveis federais, como exemplo, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) 13.146/2015, a qual assegura o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para PCDs, visando à sua inclusão social e cidadania. Por consequência, novas medidas e políticas públicas foram formuladas, a fim de se reconstruir um sistema educativo que afirme e proporcione a efetivação da inclusão. O Governo Federal, como forma de apoio às políticas educacionais inclusivas no Ensino Superior, implementou o Prouni, o Reuni e o Fies, com intuito de aumentar o número de alunos com deficiência matriculados no Ensino Superior e garantir que eles tenham acesso à educação nessa rede de ensino tanto no setor público quanto privado, visto que o ensino superior é uma modalidade educacional de extrema importância que oferece aos estudantes o desenvolvimento da autonomia reflexiva e teórico-prática. (Andrade; Kipnis, 2010) Como resultado, houve um maior acesso às instituições de ensino superior (IES), ampliando significativamente o número de ingressantes, denotando-se um aumento de 35% no primeiro semestre de 2022, incluindo estudantes com deficiência matriculados. (Fundacred, 2022)

Diante desse cenário, torna-se imprescindível analisar as políticas atuais da área da educação voltadas à inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) e como elas são aplicadas na prática. Esta pesquisa buscará se adentrar no contexto de inclusão dos ambientes acadêmicos, com enfoque nas IES privadas, na intenção de identificar quais são os programas de inclusão propostos atualmente, bem como as lacunas e desafios destes que impedem que a inclusão ocorra de maneira efetiva e proporcione o acesso e o sucesso acadêmico de PCDs. Nesse sentido, o estudo possui extrema importância, pois procura investigar o que dificulta as garantias legislativas da educação a esse público serem postas em prática, buscando alternativas que contribuam para formulação de novas estratégias que facilitem o processo de efetivação dos direitos garantidos por lei para inclusão educacional. Ademais, destaca-se relevância em quesitos acadêmicos, pois ampliará o acervo de conteúdos sobre o assunto, favorecendo aberturas para novos estudos na área e, possivelmente, para elaboração de novas políticas públicas.



2. REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino superior caracteriza-se por ter a finalidade de englobar desde a estimulação de criação cultural até o conhecimento dos problemas do mundo, de modo a prestar serviços especializados à sociedade. Assim, o ensino superior é uma área da educação que, segundo Leites (1969), possibilita o desenvolvimento e a aquisição de capacidades especializadas, à medida que oferece uma ampla variedade de atividades. Dentro desta modalidade de ensino, destacam-se as instituições privadas que surgiram em um movimento de democratização do acesso às universidades no início do século XXI, possibilitando uma maior oferta de vagas via políticas públicas e apoio financeiro do Estado, propiciando um aumento de alunos neste setor estudantil.

Dessa maneira, é mister dizer que esta área educacional é essencial ao desenvolvimento dos indivíduos e deve ser acessada por todos que assim desejem. Desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que afirma que a educação é um direito da pessoa com deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) 13.146/2015 que busca garantir a cidadania de PCDs através da acessibilidade, foram criadas políticas públicas para a promoção do ingresso dessas pessoas no ensino superior. Como exemplo, o Programa Incluir¹ desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior que tem o objetivo de apoiar financeiramente instituições que garantam oportunidades igualitárias aos estudantes com deficiência (Sesu, 2013). Essa política é uma dentre outras que possibilitam um maior acesso de PCDs no ensino superior com ajuda tanto financeira quanto social.

Em virtude do surgimento desses programas, práticas e melhorias na área de inclusão dentro de espaços educacionais são criadas e aplicadas para garantia de direitos legais. Logo, a educação inclusiva é um caminho necessário a ser traçado, para que isso seja possível. Ela se define como um processo de inclusão de pessoas com alguma deficiência ou com distúrbios da aprendizagem na rede comum de ensino em todos os graus. Almeja-se, por meio dos projetos e programas que a instituição oferece, contribuir para o desenvolvimento do aluno com a participação de todos os envolvidos no meio escolar e fora dele, com o objetivo de se alcançar, a partir da convivência com a diversidade humana, o desenvolvimento e a aprendizagem. (Duarte *et al*, 2013) Entretanto, apesar do avanço na legislação e nos programas de educação inclusiva, ainda há uma distância entre

¹ <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eeduc/v5n1/v5n1a04.pdf>



o assegurado pelas leis e o real contexto de discriminações e desigualdades vivenciado por pessoas com deficiência. Isso é trazido por Moreira *et al* (2006) no trecho:

(...) De fato, com relação à inclusão das pessoas portadoras² de deficiência, existe uma legislação extensa, tanto no âmbito internacional, quanto no nacional, para defender e garantir a sua efetivação. No entanto, de acordo com Batista (2004) (...) mesmo que sejam crescentes os movimentos relativos à sua inclusão, é notável a distância entre a promessa igualitária, acenada pela lei, e a realidade cotidiana das desigualdades. (Moreira *et al*, 2006, p. 22-23)

Dessa forma, ao analisar o cenário de inclusão social e escolar, ainda há diversas defasagens nesse processo que fazem com que essas políticas não apresentem total eficácia. Isso é destacado por Rama (2006) que diz haver um sensível atraso em questões normativas e práticas inclusivas que resultam em impeditivos de inserção de PCDs nas esferas sociais e cidadãs.

Essas barreiras podem ser classificadas em instâncias físicas, sociais e atitudinais, pedagógicas e comunicacionais. Em relação às barreiras físicas, destaca-se a falta de adaptações arquitetônicas do ambiente físico e infraestrutura das instituições de ensino. No quesito de barreiras sociais e atitudinais, podem ser apontados os preconceitos e estereótipos relacionados às pessoas com deficiência criados ao longo do tempo e ainda perpetuados. Nesse sentido, ao se pensar em políticas inclusivas, não se deve resumir-las apenas à permanência física do estudante com deficiência, mas sim à revisão de paradigmas pré-estabelecidos socialmente para que se conquiste o desenvolvimento desses alunos respeitando suas diferenças e necessidades específicas. (Guenther, 2003)

Os entraves pedagógicos também são desafios vivenciados, o despreparo dos professores, que nem sempre possuem a devida formação para lidar com alunos com deficiência, geram entraves metodológicos e instrumentais, bem como a falta de material e recursos pedagógicos adaptados (Glat; Pletsch, 2010). Consequentemente, junto com os entraves pedagógicos, estabelecem-se as barreiras comunicacionais que impedem o acesso a conteúdos pedagógicos e trocas de aprendizagens em relações interpessoais.

² A expressão Portador de Deficiência foi, oficialmente, alterada pela Portaria 2.344/ 2010 da Secretaria dos Direitos Humanos para Pessoas com Deficiência. Porém, foi conservado o uso da terminologia antiga nesse trecho, no intuito de considerar a transcrição literal do texto.



Portanto, é preciso analisar, com maior profundidade, essas barreiras presentes nos processos educacionais inclusivos. A necessidade de conhecer as condições reais da educação é de extrema importância para identificar e dimensionar os principais pontos de mudanças necessárias. (Bazon; Massini, p.4). Dessa forma, soluções ajustadas à realidade são planejadas e desenvolvidas de maneira condizente com as vivências dos estudantes, no intuito de alcançar um cenário educacional democrático.

Este estudo direciona-se à análise da realidade das universidades privadas, visto o aumento de PCDs neste setor. Identificar os desafios presentes no cenário de inclusão das IES privadas pode contribuir para reflexão, possibilidade de mudança e auxílio para realização e elaboração de propostas alternativas que consigam garantir o acesso à educação de maneira adequada e possibilitar vivências e interações que contribuam para formação desses alunos e façam com que eles se sintam acolhidos e integrantes do meio acadêmico.

3. METODOLOGIA

No presente projeto, utilizou-se o método de pesquisa qualitativo que, segundo Robert Bogdan *et al* (1982), possui como fonte direta o ambiente natural que o investigado vive, possibilitando ter uma visão descritiva das perspectivas individuais das pessoas e suas subjetividades. Outrossim, na pesquisa qualitativa, há a captação minuciosa de crenças, sentimentos e opiniões, isto é, dados não mensuráveis que são de extrema relevância para pesquisas de cunho social. Logo, as pesquisas qualitativas não são padronizáveis e requerem uma flexibilidade e criatividade no momento de coleta e análise dos conteúdos. (Goldenberg, 2004).

Como instrumento metodológico, foram realizadas entrevistas semi estruturadas, constituídas de um roteiro previamente formulado com perguntas abertas relacionadas à temática e aos objetivos da pesquisa e oferecendo maior liberdade e flexibilidade de respostas. A partir disso, foram convidados como participantes: coordenadores pedagógicos, professores universitários e alunos com deficiência da graduação ou pós-graduação de quatro (4) universidades privadas da cidade de São Paulo, perfazendo um total de seis (6) participantes. Todos os participantes eram maiores de 18 anos, dando destaque aos estudantes, e trabalhavam ou estudavam em universidades privadas da cidade de São Paulo. Os coordenadores e professores ainda atuavam e já tinham tido contato com alunos PCDs durante suas trajetórias de trabalho, enquanto, os estudantes cursavam a partir do 2º ano do curso ou realizavam pós-graduação, garantindo-se, assim, um acúmulo de experiências universitárias. A participação destes colaboradores contribuiu para a pesquisa por eles terem trazido, em suas narrativas, vivências e conteúdos que



caracterizaram a realidade do processo de inclusão do ensino superior na perspectiva de indivíduos que presenciam diariamente essa realidade.

A busca pela amostra da pesquisa foi feita por conveniência através da divulgação pelas redes de contato entre os conhecidos da pesquisadora, a fim de alcançar o público alvo com maior facilidade e de forma mais espontânea. Para isso, foi utilizada a metodologia “Bola de neve”, uma prática que se baseia na cadeia de referência, isto é, a partir dos participantes já entrevistados, será pedido que eles indiquem novos contatos, por meio de sua própria rede pessoal, que se encaixem nos critérios da amostra da pesquisa. (Vinuto, 2014) Essa prática contribui para auxiliar o acesso do pesquisador com seu público alvo, principalmente, diante de dificuldades de acesso.

As entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade do colaborador via email ou whatsapp. Antes de iniciá-las, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que, com a assinatura do participante, garantiu-se sua segurança, sempre preservando a identidade do participante, e o uso de gravador para a coleta das narrativas, contribuindo para desenvolvimento deste estudo. As entrevistas foram feitas de forma remota, por meio de plataformas online, escolhidas segundo a acessibilidade do entrevistado, no intuito de seguir as medidas de proteção contra a COVID-19 e favorecer a participação dos que tivessem dificuldade de locomoção.

Segue abaixo o roteiro das entrevistas:

Roteiro de entrevista com coordenadores e professores:

1. Dados pessoais (nome , idade e profissão atual)
2. Há quanto tempo você trabalha no ensino superior?
3. Durante esse período, você presenciou o processo de inclusão escolar de algum estudante PCD?
4. Se sim, como foi esse processo?
5. Você acredita que o modelo educacional atual das IES privadas está adaptado para o processo de inclusão? Caso não esteja, o que falta?
6. Com base em suas experiências como um profissional da educação no ensino superior, quais são os desafios em um processo de inclusão de um aluno com deficiência?
7. Quais consequências dessas dificuldades tanto para vocês profissionais da área, como para alunos que vivenciam esse processo?



8. Mesmo diante dessas dificuldades, quais os suportes que as instituições oferecem aos alunos PCDs?
9. Você já presenciou uma experiência bem sucedida de inclusão desses alunos em seu tempo de atuação?
10. Em geral, diante dessas dificuldades citadas, como vencer os desafios do processo de inclusão, no intuito de fazer com que esse processo seja de fato efetivo?

Roteiro de entrevista com alunos:

1. Dados pessoais (nome, idade , faculdade que estuda, curso e semestre cursado)
2. O que te levou a escolher esse curso?
3. Como foi o processo para conseguir ingressar nessa faculdade?
4. Após ingressar na faculdade, quais são suas experiências como universitário até atualmente ?
5. Diante dessas experiências citadas, quais as principais conquistas e desafios que você enfrentou dentro do campo acadêmico?
6. Diante desses desafios e conquistas, qual tipo de suporte a faculdade lhe ofereceu?
7. Dentro dessas conquistas, você poderia relatar uma experiência positiva que vivenciou na faculdade.
8. Você identifica possíveis mudanças na faculdade em relação ao processo de inclusão?
9. Quais seriam as mudanças ideais para que esse processo de inclusão ocorra efetivamente? Essas iniciativas deveriam acontecer por parte de quem?

A partir das narrativas obtidas, foi feita a transcrição do material, a fim de conseguir visualizar melhor os resultados, possibilitando uma discussão mais aprofundada. Depois, realizou-se a análise do conteúdo e categorização das respostas que, segundo Bardin (1977), possui a finalidade de descrever de maneira objetiva e sistemática o conteúdo, havendo uma interlocução com os referenciais teóricos utilizados no projeto vigente para a formulação da discussão. Na discussão, foi possível vislumbrar os resultados, tendo um aprofundamento da área estudada e uma caracterização do cenário analisado, trazendo as divergências e convergências existentes e possíveis caminhos a serem seguidos e desenvolvidos futuramente. Por fim, a conclusão apontou indicadores de outras possíveis novas hipóteses de novas pesquisas relacionadas à área estudada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO



Após imersão nas transcrições das seis entrevistas com coordenadores, professores e alunos de universidades privadas, a articulação dos resultados foi organizada a partir da análise da realidade em estudo e as teorias abordadas sobre o tema, sendo possível estabelecer três eixos de interpretação presentes nos diálogos abordados: cenário atual de inclusão nas instituições, desafios e conquistas presentes e caminhos para uma inclusão efetiva.

1. Cenário atual de inclusão nas instituições:

Todas as instituições, em que os professores e coordenadores trabalham, possuem núcleos que elaboram projetos inclusivos aos estudantes PCDs. Além disso, há um espaço físico estruturado e materiais, como bibliotecas, adaptadas ao braille ou presença de intérpretes de libras. Com base nas experiências de uma das estudantes participantes, deficiente física, foi mencionada a presença de adaptações de materiais pedagógicos, transcritor de provas, auxílio de locomoção no campus e mudanças no espaço físico, apesar de destacar a necessidade de melhor manejo do espaço em relação ao seu deslocamento. Enquanto, a outra aluna, autista, traz sobre não conhecer nenhum setor da instituição em que estuda que seja responsável por práticas de inclusão, somente percebe essas práticas na postura de algum dos seus professores.

De forma geral, as respostas trazidas, em relação à adequação dos modelos atuais de inclusão das universidades privadas, indicam um despreparo e falta de ampliação da atuação por parte dos núcleos e setores institucionais voltados à inclusão, apresentando falha na comunicação e divulgação dos serviços disponíveis aos professores e público em geral. Ademais, se mostrou necessário, em grande parte dos discursos, um maior preparo da equipe em geral da universidade, incluindo professores, coordenadores, gestão acadêmica, etc, para lidar de maneira mais efetiva com as questões inclusivas. Destaca-se a fala de um dos entrevistados: *“O que falha não é estrutura, mas como eu preparo as pessoas para lidarem com isso é o que de fato vai promover a inclusão”*.

Nesse sentido, refletiu-se, durante as entrevistas, que uma maior conscientização sobre os resultados positivos da inclusão para todos os envolvidos no setor acadêmico é essencial para que a participação efetiva de PCDs ocorra de forma positiva. Segundo as experiências das alunas, ambas apontam a dificuldade de realizar trabalho em grupo. Em contrapartida, também ressaltam como vivência positiva o reconhecimento de suas potencialidades por alguns colegas e professores. Nas entrevistas com professores, âmbitos positivos e negativos foram apresentados em relação ao ambiente social, dando ênfase sobre o papel dos outros estudantes, isto é, como estes podem contribuir para que o



processo de inclusão seja facilitado, ou, em contrapartida, podem acabar por reforçar estereótipos e discursos de vitimização.

2. Desafios e conquistas

Dentre os desafios presenciados pelas alunas durante o processo de graduação e/ou da pós-graduação, a falta de manejo e o despreparo dos professores e equipe foi abordado com insistência. Uma das estudantes, que é autista, revelou experiências constrangedoras que viveu com professores em sala de aula, citando a sensação de sempre precisar pôr à prova seu diagnóstico e subjetividade.

“Meu problema, na verdade, é com os professores. Não todos, assim. Esporadicamente, eu tenho algum problema”.

“Eu ando com o meu crachá no pescoço. E as pessoas vivem dizendo: ‘Ah, mas não precisa andar com uma estampa que diga que você tem uma deficiência’. Na verdade, precisa, porque mesmo com ele no pescoço, a professora agiu desse jeito”

Essa pauta também foi trazida pelos professores e coordenadores, ou seja, a necessidade de preparo e aprendizagem contínua sobre inclusão de alunos com deficiência aos que trabalham no campo acadêmico, pois, dentre as experiências trazidas por estes que tiveram contato com alunos PCDs e não tinham formação na área, o desafio foi muito maior. Isso é ocasionado também pela falta de conhecimento sobre as ferramentas e tecnologias assistivas disponibilizadas pela instituição e/ou ausência de suporte. Como consequência, a impotência e desmotivação são geradas, o que pode criar um ambiente hostil de trabalho para os envolvidos.

A desmotivação também foi citada como resultado das barreiras impostas aos alunos com deficiência. Esses entraves, presentes desde a possibilidade de ingresso no vestibular e percurso acadêmico, acabam por dificultar o trânsito destes estudantes no espaço acadêmico, resultando, muitas vezes, em evasão e dificultando seu avanço no curso, o estabelecimento de trocas e vínculos e, conseqüentemente, seu desenvolvimento pessoal e profissional. Diante desse contexto, a evasão é uma decorrência, sendo discutido as conseqüências que a não inclusão deste aluno pode gerar.

“Muitos alunos que poderiam ter idade para entrar no ensino superior, não vão e isso acaba repercutindo na vida dele, acaba repercutindo no mundo do trabalho, onde ele poderia ter uma melhor formação e acaba, às vezes, ficando sem uma formação de ensino superior, às vezes, sem uma formação técnica. Isso implica na não inclusão dele no mundo hoje também, que é um mundo digital, um mundo que exige formação básica, que exige ensino superior”



Ademais, um outro desafio trazido foi sobre a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Há que se atentar para a necessidade de um maior aprofundamento de estudos que possam proporcionar formas de se criar alternativas diante de pessoas com esta deficiência. Além disso, há a necessidade de maior sensibilidade por parte da gestão acadêmica para que possíveis adaptações nos planejamentos sejam feitas e a presença do estudante com esse tipo de deficiência seja permanente e ativa nos espaços universitários.

Na perspectiva das conquistas presentes nas vivências dos colaboradores, por parte dos profissionais, histórias de estudantes PCDs que tiveram uma graduação e inserção no mundo profissional bem sucedidas foram trazidas, sendo estas experiências usadas como exemplos de inspiração para o futuro. Por parte das alunas, cenários em que suas subjetividades e opiniões foram reconhecidas pelos colegas e professores, além de terem espaço de visibilidade no ambiente universitário, foram vistas como algo positivo e acolhedor. Momentos em que suas potencialidades foram bem trabalhadas e postas em destaque também são vistos como memórias marcantes. Por fim, para todos os profissionais entrevistados, ter o estudante com deficiência na instituição é a primeira conquista de um processo permanente, ressaltando a importância deste aluno para a formação universitária própria e dos colegas, já que todos podem aprender com a diversidade.

3. Caminhos para uma inclusão efetiva

Em relação às possíveis mudanças para que a inclusão seja mais efetiva no ensino superior, levantaram-se diversas propostas. A que se fez mais presente foi sobre a melhor capacitação, que deveria ser contínua, aos professores e equipe em geral sobre a temática de inclusão, deficiência e neuro divergência. Além desse melhor preparo, a maior incidência de espaços para discussão da temática também foi posto em pauta, na tentativa de ampliar a conscientização sobre inclusão a todos, perpetuando a ideia de que tanto o aluno PCD quanto os envolvidos na inclusão ganham vivências positivas e aprendizados, gerando desenvolvimento a todos(as). Como também, por parte das instituições, foi apontada a necessidade de maior divulgação das ferramentas e tecnologias disponíveis para auxílio aos professores e alunos. Para além da divulgação, melhorias nos planejamentos pedagógicos e manejo dos ambientes disponibilizados para melhor locomoção e convívio dos estudantes devem ser realizados a cada início de semestre.

Como mudanças que deveriam ser executadas por parte do Estado, as/os participantes indicaram a necessidade de mais espaços para pessoas com deficiência na elaboração de políticas governamentais, a fim de garantir a representatividade e visibilidade,



atendendo à máxima “nada sobre nós, sem nós” tão propagada pelas pessoas com deficiência. Ademais, mais programas governamentais devem ser oferecidos, principalmente, aos estudantes de baixa renda que tenham deficiência. Vale ressaltar que, todas as propostas fornecidas, foram pautadas na intenção de que haja a permanência ativa destes estudantes desde o ingresso até a finalização das graduações ou pós-graduações no ensino superior, de modo a garantir o ingresso, permanência e conclusão do curso universitário ou pós-graduação com competência para o exercício profissional correspondente.

Em vista do que foi apresentado nos resultados, a inclusão de alunos com deficiência é de extrema importância, pois favorece tanto o aluno que está sendo incluído quanto o ambiente acadêmico do ensino superior. Isso porque, a inclusão de estudantes PCDs garante que a diversidade se faça presente no ambiente educativo, possibilitando a reconstrução de relações e criação novas óticas para enxergar e compreender o outro, diante do espaço compartilhado. A diversidade, na dimensão educativa, permite que o aluno tenha um desenvolvimento permeado de valores como a solidariedade, generosidade e valorização, os quais propiciam o aprendizado de respeito e reconhecimento das diferenças. (Silva, 2015). Considerando-se, ainda, o ambiente profissional, conviver com o diferente pode alimentar relações saudáveis de competitividade, gerando experiências que agregarão e facilitarão o contato com o mercado de trabalho após a finalização do ensino superior.

Entretanto, mesmo diante da relevância da inclusão na educação e garantias legislativas, inúmeras dificuldades estão presentes no cotidiano de forma que impedem a inserção efetiva de alunos com deficiência, tanto na academia, quanto na sociedade. Na discussão com os colaboradores, um dos desafios mais citados foi a capacitação dos professores e equipe acadêmica em geral, para lidarem com a inclusão de PCDs no ambiente universitário. O educador possui extrema importância no processo de aprendizagem, sendo uma peça essencial no conjunto que interfere no sistema educacional, como um todo. Logo, conforme Gazim *et al* (2005), o papel do professor na educação inclusiva está em direcionar o processo pedagógico e auxiliar na criação de condições ideais e necessárias para a apropriação de conhecimento de todos(as) os(as) estudantes..

Destarte, é mister pensar sobre possíveis formas de capacitação e integração de todos os profissionais, incluindo-se os que já estão atuando e os que estão em formação, uma vez que suas atuações são imprescindíveis ao processo de inclusão. Neste cenário, as dificuldades de manejo e metodologias para possíveis adaptações, falta de comunicação e integração da equipe e sensação de impotência e desmotivação foram barreiras trazidas nas



entrevistas como consequências da falta de preparo dos profissionais universitários. Assim sendo, no cotidiano das universidades, deve-se propor um melhor planejamento e diálogo da equipe acadêmica desde o início do ano letivo e diariamente, para que espaços de discussões sobre possíveis melhorias e auxílios sejam criados. Ademais, apresentou-se como uma maneira de superação, a maior comunicação e divulgação dos núcleos direcionados a lidarem com a temática, a fim de que todos tenham conhecimento da existência destes e possam a eles recorrer, quando precisarem. A maleabilidade do administrativo acadêmico também é importante para que possíveis mudanças e estratégias possam ser feitas para alcançar a inclusão. Por fim, se faz necessário repensar os currículos de ensino dos cursos de licenciatura para que a formação sobre inclusão na educação de PCDs seja contemplada desde a graduação dos profissionais, havendo depois a formação continuada dentro da atuação nas universidades.

“ A formação contínua deve ocorrer para que professores em exercício da profissão sejam capacitados a enfrentar as dificuldades que surgem dia a dia no ambiente escolar. Porém, se pensássemos na reconstrução de currículos dos cursos de licenciatura, e se o preparo para lidar com ³portadores de NEE 's se iniciasse dentro da própria universidade, seria garantida a formação para todos.”
(Oliveira *et al*, 2011)

Igualmente, além dos professores, como uma chave essencial para atingir uma inclusão efetiva, a participação tanto dos estudantes sem deficiência como dos PCDs, no intuito de que estes possam ser participantes dos caminhos que irão traçar no cenário acadêmico. A escuta dos alunos na elaboração dos projetos de inclusão é ideal para que suas particularidades sejam atendidas e trabalhadas, dando atenção, não apenas para as características do diagnóstico, mas também para aquilo que faz sentido ao aluno, ou seja, suas subjetividades e necessidades específicas. Isso se destaca nos diálogos trazidos pelas alunas como experiências positivas que vivenciaram no ES, as situações em que elas foram ouvidas e tiveram reconhecimento de suas potencialidades, como quando os professores tiravam dúvidas com elas ou quando outros também buscavam entendê-las e levaram em conta suas opiniões, fez com que elas se sentissem acolhidas.

³ A expressão Portador de Deficiência e Portador de Necessidades Especiais foi, oficialmente, alterada pela Portaria 2.344/ 2010 da Secretaria dos Direitos Humanos para Pessoas com Deficiência. Porém, foi conservado o uso da terminologia antiga nesse trecho, no intuito de considerar a transcrição literal do texto.



Ao pensar em visibilidade, é fundamental trazer a ressalva de que para que ocorra o reconhecimento, o ambiente social deve ser aberto a entender e escutar o outro, neste caso, o estudante com deficiência. Isso porque, não só os professores e equipe, mas os outros estudantes e participantes deste meio devem estar abertos para terem uma maior conscientização sobre a relevância de incluir a todas(os). Em uma das entrevistas, o meio social foi um dos contribuintes para que todos se prontificassem na inclusão de outros alunos. Todavia, o contrário também foi citado, discutindo-se o quanto o mesmo ambiente acaba por reforçar estereótipos e promover atitudes que podem retroceder os avanços desenvolvidos sobre esse tema. Dessa forma, para ocorrer a inclusão educacional, proporcionar a inclusão social e atitudinal é essencial. Esta se caracteriza pelo processo em que a sociedade e a pessoa com deficiência busquem se adaptar mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidades, com o objetivo do PCD ter acesso a todas as oportunidades e aprimorar-se em todos os âmbitos.(Sassaki,1997)

Nesse sentido, a inclusão social precisa acontecer para além do campo educacional, englobando-se nas demais esferas da população. A conscientização ativa e cotidiana dentro dos espaços universitários e públicos é uma chave que pode ser utilizada com a intenção de que a inclusão seja vista como um caminho ideal para se alcançar uma sociedade mais justa, baseada no respeito e na equidade e igualdade de direitos. Essa conscientização deve proporcionar espaços de reflexão e ruptura de pensamentos enraizados no senso comum. Por conseguinte, se faz essencial que pessoas com deficiência sejam participativas, ocupando lugares ativos de fala com visibilidade tanto nos ambientes educacionais e, principalmente, em ambientes políticos, participando da elaboração de programas governamentais e políticas públicas,, com o propósito destes serem criados com base na vivência e cotidiano desses sujeitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi trazido, é possível concluir que houve avanços dentro do Ensino Superior, dando ênfase ao setor privado. Todavia, mesmo diante de conquistas, ainda há barreiras que dificultam a inclusão efetiva de alunos com deficiência. A melhor capacitação dos profissionais do campo acadêmico, destacando-se os professores, e maiores iniciativas por parte das instituições, de modo a propiciar maior incentivo à inclusão social foram os principais desafios abordados nas entrevistas.

Em concomitância, discussões sobre formas de superação desses desafios foram abordadas. Ressalta-se a importância dos programas de inclusão se adaptarem às singularidades de cada aluno, já que, para além dos diagnósticos, existem subjetividades que precisam ser acolhidas. Nesse sentido, a maior participação e escuta dos próprios



PROGRAMA INSTITUCIONAL DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA

alunos com deficiência nas elaborações dos planos de inclusão mostra-se fundamental, no intuito de que esses projetos abordem as necessidades e singularidades de cada sujeito e estes se sintam reconhecidos e pertencentes ao espaço. Para além de reconhecimento, espaços de visibilidade também devem ser proporcionados aos estudantes com deficiência dentro das universidades. Isso porque, a visibilidade contribui para que a diversidade seja protagonista nos processos de trocas proporcionados pela graduação. Logo, projetos de escuta e debates sobre a temática devem ser criados com maior frequência para, consequentemente, processos de conscientização ocorrerem, contribuindo para uma maior inclusão.

Destarte, ao se pensar na atuação do psicólogo frente a estes caminhos e propostas de melhorias, é essencial que ele esteja presente nos diversos cenários de aplicação das práticas inclusivas, captando tanto as demandas objetivas e subjetivas desse processo. Ademais, apresentar condutas de escuta e acolhimento, respeitando o sigilo necessário, são indispensáveis para que o respeito prevaleça, contribuindo para que ações democráticas sejam desenvolvidas e aplicadas de maneira conjunta no processo de inclusão de PCDs. Isso seguindo o que promulgado pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional sobre atuações do psicólogo no ambiente escolar:

“Psicologia Escolar e Educacional tem se constituído historicamente como importante campo de atuação da Psicologia. Psicólogos escolares e educacionais são profissionais que atuam em instituições escolares e educativas, bem como dedicam-se ao ensino e à pesquisa na interface Psicologia e Educação. As concepções teórico-metodológicas que norteiam a prática profissional no campo da psicologia escolar são diversas (...) visando compreender as dimensões subjetivas do ser humano.” (ABRAPEE, 2017)

Mesmo diante de programas de inclusão na educação, as atuações dos psicólogos e perpetuação desses projetos devem ocorrer em outras esferas sociais e cotidianas para que pessoas com deficiência tenham seus direitos e cidadania garantidos. Assim, movimentos de conscientização, reconhecimento e visibilidade devem ocorrer na prática do dia a dia, ou seja, a inclusão social precisa acontecer nos espaços sociais como um todo. Para que isso ocorra, a temática de inclusão deve estar em pautas de discussões políticas e legislativas, com o objetivo de que mais projetos governamentais sejam elaborados. Como também, nesse movimento de decisões políticas, PCDs devem estar à frente, garantindo representatividade às demandas deste público. Dessa maneira, será possível construir um futuro com uma sociedade inclusiva, garantindo a cidadania na prática.



6. REFERÊNCIAS

ABRAPEE. Psicólogo Escolar, 2017.

ANDRADE, A. F. B.; KIPNIS, B. Cursos superiores de tecnologia: Um estudo sobre as razões de sua escolha por parte dos estudantes. In **J. Moll**, p. 175-p.191, Porto Alegre, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977.

BAZON, F. V. M.; MASINI, E. A. F. S. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. **Psicologia da educação**, São Paulo, n.20.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. 12.ed. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei N°9.394, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Lei N° 13.146, Brasília, DF, 2015.

DUARTE, E. R.; RAFAEL, C. B. S.; FILGUEIRAS, J.F.; NEVES, C.M.; FERREIRA, M.E.C. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.19, n.2, p.289-300, abr.-jun. 2013.

FUNDACRED. Ensino superior privado: número de ingressantes cresce 35% no primeiro semestre. 25 de maio de 2022. Educação.

GAZIM, E. C. B. B.; SUSS, E. A. dos S.; SZENCZUK, L.; SILVA, M. M. da; FEIGES, M. M. F.; COELHO, R. H. N., ABREU, D. C. de. Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate. **Chão da Escola**, v.4, n.1, 2005.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O papel da universidade no contexto da política de educação inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção do conhecimento. **Rev. Educ. Especial**, Santa Maria, v.23, n.38, p.345-356, 2010.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Record, 2004.

GUENTHER, Z. C. O. Aluno bem-dotado na escola regular: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças. **Revista Escritos sobre Educação**, Ibirité, v.2, n.1, p.43-5, jan.-jun., 2003.



LEITES, N. S. **Las capacidades**. 3.ed. México: Grijalbo, 1969.

MOREIRA, H. F.; MICHELS, L. R.; COLOSSI, N. Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. **Escritos sobre educação**, Ibitité, v.5, n.1, jun., 2006.

MRECH, L. M. O que é educação inclusiva. **Educação on-line**, 2001.

OLIVEIRA, R. Q.; OLIVEIRA, S. M. B.; OLIVEIRA, N. A.; TREZZA, M. C. S. F.; RAMOS, I. B.; FREITAS, D. A. A inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.22, n.2, p.299-314, abr.-jun., 2016.

OLIVEIRA, M. L.; ANTUNES, A. M.; ROCHA, T. L.; TEIXEIRA, S. M. Educação inclusiva e a formação de professores de ciências: o papel das universidades federais na capacitação dos futuros educadores. **Rev. Ensaio**, Belo Horizonte, MG, v.13, n.3, p.99-p.117, 2011.

RAMA, C. **La tercera reforma de la educación superior en América Latina**. 1.Ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

RODOVALHO, M. R.; MOREIRA, G. E.; MANÉ, D. Concepções de professores sobre Educação Inclusiva no ensino superior privado. **EccoS Revista Científica**, n.45, p.255-272, 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8º edição, WVA, 2010.

SESU. Programa Incluir- Acessibilidade na educação superior., 2013.

SILVA, H. M.; SOUZA, S. M. C.; PRADO, F.; RIBEIRO, A. L.; LIA, C.; CARVALHO, R. L. A inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior : Revisão de literatura. **Revista da Universidade do Rio Verde**, Três corações, v.10, n.2, p.332-342, ago.-dez., 2021.

SILVA, V. M. B. da. A diversidade em sala de aula: um desafio sempre atual. Burity, MG, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso, UnB.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto. **Temáticas**, Campinas-SP, n.22, v.44, p.203-p.220, 2014.

Contatos: giaalmeida32@gmail.com e roseli.caldas@mackenzie.br



XX Jornada de Iniciação Científica - 2024
